

HABEAS CORPUS Nº 501.825 - MG (2019/0092240-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CRIS DE PAULA SANTOS
ADVOGADO : CRIS DE PAULA SANTOS - MG156635
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : NARCI MUNHOES CHAVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **NARCI MUNHÕES CHAVES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (prisão convertida em preventiva) pela prática, em tese, das condutas descritas nos arts. 33 e 40, V, ambos da Lei 11.343/06.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJMG, que denegou a ordem (e-STJ, fls. 145-152).

Neste *writ*, alega a impetrante que se trata de paciente "primário, ostenta bons antecedentes, tem residência fixa, emprego lícito" (e-STJ, fl. 5).

Aduz, outrossim, que "não há motivos consistentes para sua manutenção e de forma sucessiva ou alternativamente requer a concessão da LIBERDADE PROVISÓRIA como contracautela à prisão em flagrante convertida em prisão preventiva, tendo em vista que há irregularidades na prisão praticada e também não estão presentes os requisitos para a manutenção da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP" (e-STJ, fl. 6).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja deferida a liberdade ao paciente ou adotada medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), ou ainda deferida a prisão domiciliar (art. 318 do CPP).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Mesmo porque, para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014), e que será analisada em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara Única de Campina Verde/MG acerca da situação processual do paciente, por meio de malote digital, preferencialmente, bem como a senha de acesso para a consulta ao processo 0020518-05.2018.8.13.0111, no prazo de cinco dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

